





Relatório Executivo do Projeto
Observatório das Dimensões da Competência em Informação nos
Portais da Transparência dos Municípios da Região Imediata de
Montes Claros (MG)

Análise do Portal da Transparência do Município de Juramento

Montes Claros (MG)

2025

Apresentação

O presente relatório consolida os resultados do projeto de implantação do Observatório da Competência em Informação, que realizou um diagnóstico abrangente dos portais da transparência dos municípios da região imediata de Montes Claros. O objetivo central foi mapear as informações disponibilizadas, identificar lacunas e propor melhorias concretas para o aprimoramento da transparência ativa na gestão municipal.

O estudo, que abrangeu 32 municípios, revelou um cenário com pontos consolidados e outros que demandam atenção prioritária. Identificou-se uma padronização positiva na divulgação de informações fundamentais da execução orçamentária e financeira, como receitas, despesas, licitações e contratos, demonstrando conformidade com as exigências legais basilares e fortalecendo a prestação de contas à sociedade. Contudo, constataram-se deficiências críticas em áreas estratégicas para o planejamento e o controle dos resultados da administração. A divulgação de informações sobre andamento de obras, prestação de contas detalhadas e instrumentos de planejamento, como o Plano Plurianual, mostrou-se insuficiente ou de difícil acesso. A indisponibilidade integral de alguns contratos e seus termos aditivos representa uma fragilidade significativa na gestão documental e na transparência dos gastos públicos.

A metodologia de análise foi estruturada em grupos temáticos: Receitas, Despesas, Convênios e Transferências, Recursos Humanos, Diárias, Licitações, Contratos, Obras, Prestação de Contas, Planejamento e Acessibilidade. Para cada grupo, foram definidos critérios específicos de avaliação, permitindo uma verificação objetiva da disponibilidade e da completude das informações no portal de transparência. O grupo Receitas analisou a divulgação da previsão e realização das receitas, a classificação orçamentária detalhada e a lista de inscritos em dívida ativa. O grupo Despesas verificou se os gastos estavam discriminados por categoria orçamentária, identificando beneficiários, bens ou serviços adquiridos e os procedimentos licitatórios correspondentes. O grupo Recursos Humanos avaliou a divulgação de servidores, remunerações, estagiários, terceirizados e concursos públicos.

Grupos como Licitações, Contratos e Obras tiveram como foco a disponibilização de documentos integrais, detalhamento de valores, prazos, aditivos e status das atividades. Nos grupos de Prestação de Contas e Planejamento, verificou-se a presença e a atualidade dos respectivos documentos oficiais, incluindo balanços, relatórios de gestão e leis orçamentárias. O grupo Acessibilidade analisou a presença de elementos de navegação acessíveis, como símbolos de acessibilidade, opções de alto contraste, redimensionamento de texto e mapa do site. Essa estrutura permitiu uma análise quantitativa e qualitativa, fornecendo uma visão clara sobre os pontos fortes e as lacunas na disponibilização de informações no portal.

Em conclusão, os resultados evidenciam que a simples disponibilização de dados não esgota o dever de transparência. É imperioso garantir que as informações sejam acessíveis, inteligíveis e estejam integradas em um contexto que permita seu efetivo uso para o controle social e para a melhoria da gestão. Neste sentido, o Observatório www.observamg.com.br se configura como uma ferramenta estratégica de apoio à administração pública, permitindo não apenas o monitoramento do nível de transparência, mas também a identificação de boas práticas e de áreas que requerem intervenção. A iniciativa reforça a necessidade de uma abordagem integrada, alinhando os conhecimentos da Gestão Pública, da Ciência da Informação e da Tecnologia da Informação, para desenvolver portais que cumpram plenamente seu papel como instrumentos de democracia, eficiência e boa governança.

Coordenação do Projeto ObservaMG.

Análise do Portal da Transparência do Município de Juramento

1. Sumário

O presente relatório apresenta os resultados da análise do Portal da Transparência da Prefeitura Municipal de Juramento, com base em 45 critérios de avaliação distribuídos nos grupos: Receita, Despesa, Convênios e Transferências, Recursos Humanos, Diárias, Licitações, Contratos, Obras, Prestação de Contas, Planejamento e Acessibilidade.

A verificação observou as exigências da Lei Complementar nº 131/2009, da Lei nº 12.527/2011 e da Lei nº 14.133/2021, bem como boas práticas de transparência ativa, publicidade e acesso à informação.

2. Resultados da Avaliação

A análise identificou 15 critérios atendidos e 31 critérios não atendidos, o que representa 31% de conformidade e 69% de não conformidade. Esses dados indicam, embora o portal apresente algumas informações essenciais, há significativa margem para aprimoramento na completude e na atualização dos dados publicados.

No grupo Receita, apenas um dos três critérios foi atendido, com a divulgação das receitas previstas e realizadas, mas sem a publicação da classificação orçamentária e da lista de inscritos em dívida ativa.

Em Despesa, os dois critérios foram atendidos, contemplando informações detalhadas sobre empenhos, liquidações, pagamentos e beneficiários.

No grupo Convênios e Transferências, apenas um dos três critérios foi cumprido, com dados sobre transferências recebidas, porém sem informações sobre repasses realizados ou acordos sem envolvimento financeiro.

O grupo Recursos Humanos apresentou um desempenho restrito, com apenas um dos cinco critérios atendido — a divulgação da lista nominal de servidores, cargos e lotações —, faltando dados sobre remuneração, estagiários, terceirizados e

concursos.

Em Diárias, nenhum dos dois critérios foi atendido, não havendo informações sobre beneficiários, valores e destinos.

No grupo Licitações, três dos sete critérios foram cumpridos, incluindo a publicação de editais, documentos das fases interna e externa e o plano de contratações anual, embora faltem dados sobre dispensas, atas e sanções administrativas.

O grupo Contratos apresentou baixo nível de transparência, sem o atendimento de nenhum dos quatro critérios avaliados.

Em Obras, também não foram identificadas publicações referentes à execução física ou financeira, nem sobre obras paralisadas.

No grupo Prestação de Contas, nenhum dos seis critérios foi atendido, demonstrando ausência de informações sobre o balanço geral, relatórios fiscais e julgamentos das contas.

O grupo Planejamento também não apresentou divulgação dos instrumentos de gestão — PPA, LDO, LOA e plano estratégico institucional —, evidenciando a falta de dados sobre metas e indicadores.

Por outro lado, o grupo Acessibilidade teve desempenho integralmente satisfatório, com todos os cinco critérios atendidos, garantindo ao cidadão boas condições de navegação, contraste e redimensionamento do texto.

3. Considerações e Recomendações

A avaliação do Portal da Transparência de Juramento demonstra que o município possui avanços pontuais, especialmente nas áreas de despesas, licitações e acessibilidade, mas ainda enfrenta deficiências expressivas em setores cruciais, como prestação de contas, planejamento, contratos e obras.

Recomenda-se que a administração municipal concentre esforços na ampliação da divulgação de informações obrigatórias, sobretudo aquelas relacionadas à execução

orçamentária, instrumentos de planejamento e responsabilidade fiscal. É fundamental publicar integralmente o Plano Plurianual (PPA), a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e a Lei Orçamentária Anual (LOA), além dos Relatórios de Gestão Fiscal (RGF) e Relatórios Resumidos da Execução Orçamentária (RREO).

No campo das licitações e contratos, recomenda-se maior detalhamento e atualização dos editais, atas, termos aditivos, fiscais de contratos e ordens cronológicas de pagamentos. A publicação de informações sobre obras públicas — incluindo cronogramas, valores, etapas e status de execução — também deve ser priorizada, por se tratar de um tema de elevado interesse público.

É aconselhável ainda aprimorar a seção de recursos humanos, garantindo a divulgação completa sobre remuneração, estagiários, terceirizados e concursos, promovendo maior visibilidade e controle social sobre a gestão de pessoal.

Por fim, sugere-se manter os recursos de acessibilidade e usabilidade, que se destacam positivamente, e fortalecer a atualização contínua das informações, a fim de assegurar o cumprimento integral da legislação de transparência e o fortalecimento da confiança da sociedade na administração pública.

Conheça o Observatório do projeto:

www.observamg.com.br